

FERROVIA TEREZA CRISTINA S/A. Rio de Janeiro - RJ

Ref. Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial e Notas Explicativas referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Criciúma/SC.

OMV - AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC/SC - N. 3.628 / CVM AD №. 10.028/08



À

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
FERROVIA TEREZA CRISTINA S. A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da **FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e a respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resultado das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidencia a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OMV - AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC/SC - N. 3.628 / CVM AD Nº. 10.028/08



3

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1º., representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A., em 31 de dezembro de 201, o desempenho de suas operações, as mutações do patrimônio social e seus fluxos de caixa, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Criciúma/SC, 08 de março de 2013.

MARCOS DANILO VIANA Contador - CRC/RS Nº. 030.003/0-2 T/SC S/RJ CPF: 123.871.000.00

OMV AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC/SC Nº. 3.628-S/RJ - AD. Nº. 10.028/08

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM

ATIVO (Em milhares de reais)

	31.DEZ.2012	31.DEZ.2011
CIRCULANTE	9.866	9.401
Caixa e Equivalentes de Caixa	65	1.262
Clientes	5.118	3.657
Tributos a Recuperar	1.834	1,566
Adiantamentos	240	42
Estoques	984	1.139
Despesas do Exercicio Seguinte	1.625	1.735
NÃO CIRCULANTE	131.847	123.734
Realizável a Longo Prazo	1.860	1.442
Créditos Judiciais	686	686
Depósitos Judiciais	1,101	683
Valores a Receber a Longo Prazo	73	73
Investimentos	113.368	104.766
Imobilizado	16.619	17.526
TOTAL DO ATIVO	141.713	133.135

post

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM

PASSIVO (Em milhares de reais)

	31.DEZ.2012	31.DEZ.2011
CIRCULANTE	19.179	16.122
Empréstimos	593	
Fornecedores	833	918
	1.193	963
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.193	1.70
Credores por Cauções e Consignações		53
Impostos e Contribuições a Recolher	610	589
Provisão para Contingências	757	709
Parcelas do Arrendamento e Concessão	9.331	8.596
Parcelamento de Tributos Federais	1.720	1.614
Dividendos a Pagar	3.904	2,139
Outras Contas a Pagar	131	541
NÃO CIRCULANTE	108.744	103.925
Obrigações com Arrendamento e Concessão	236	485
Debentures	89.773	84.294
Parcelamento de Tributos Federais	18.685	19.096
Adiantamento de Clientes	50	50
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.790	13.088
Capital Social	3.750	3.750
Reserva de Reavaliação	741	2.221
Reserva Legal	750	468
Reserva Estatutária	7.84	6,649
Reserva de Lucro	8.549	
TOTAL DO PASSIVO	141.713	133.135

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM (Em milhares de reais)

	31.DEZ.2012	31.DEZ.2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	46,346	43.697
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(1.752)	(1.629)
Impostos Incidentes	(1.752)	(1.629)
RECEITA LÍQUIDA	44.594	42.068
CUSTO DOS SERVIÇOS	(23.954)	(22.719)
LUCRO BRUTO	20.640	19.349
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(14.518)	(11.029)
Despesas Administrativas e Gerais	(6.327)	(6.179)
Despesas Financeiras	(6.883)	(2.776)
Receitas Financeiras	23	44
Outras Despesas Operacionais	(385)	(404)
Outras Receitas Operacionais	51	13
Resultado da Equivalência Patrimonial	(997)	(1.727)
RESULTADO OPERACIONAL	6.122	8.320
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)		(112)
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL	6.122	8.208
PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL	(1.516)	(1.440)
LUCRO DO EXERCÍCIO	4.606	6.768
Por ação do Capital Social	1.36	1,99

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01 DE JANEIRO DE 2011 À 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais)

		Reserva de	Reserva		
	Capital	Reavaliação de Bens da	de	Resultados	
	Social	Controlada	Lucros	Acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2011	3.750	4.460	249	o	8.459
Realização da Reserva de Reavaliação		(2.239)	- 2	2.239	
Lucro do Exercício	-			6.768	6.768
Dividendo Proposto	- 2	3	-	(2.139)	(2.139)
Reserva Legal	27		451	(451)	- 64
Reserva Estatutária		3	6.417	(6.417)	62
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	3.750	2.221	7.117	0	13.088
Realização da Reserva de Reavaliação		(1.480)	4	1.480	
Lucro do Exercicio	23	141.53		4.606	4.606
Dividendo Proposto	123	-		(3.904)	(3.904)
Reserva Legal	*	21	282	(282)	
Reserva de Lucro	+	3	1.900	(1.900)	1,0
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	3.750	741	9.299	0	13.790

my

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ENCERRADO EM (Em milhares de reais)

31.DEZ.2012 31.DEZ.2011

1. CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	10.919	13.926
Lucro Ajustado	15.983	14.731
Lucro Liquido do Exercício	4.606	6,768
Depreciação e Amortização	3.386	3.205
Equivalência Patrimonial	997	1.727
Provisão para Contingências	48	169
Amortização das Parcelas de Arrendamento e Concessão	107	107
Atualização de Titulos e Valores Mobiliários	5.479	8
Atualização de Parcelamentos Fiscais	1.360	2.747
Variações nos ativos e passivos	(5.064)	(805)
Contas a Receber	(1.461)	61
Estoques	49	66
Tributos a Recuperar	(268)	(224)
Adiantamentos	(198)	49
Depósitos Judiciais	(418)	(18)
Fornecedores	(85)	77
Obrigações Sociais e Trabalhistas	230	(63)
Arrendamento e Concessão a Pagar	486	172
Valores Caucionados		131
Dividendos Pagos	(2.139)	(102)
Amortização de Parcelamentos	(305)	(912)
Outros Contas	(955)	(42)
2. CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(12.708)	(12.672)
Aquisições de Bens do Imobilizado	(3.132)	(3.121)
Baixa de Ativos Imobilizado	23	-
Aquisições de Titulos e Valores Mobiliários	(9.599)	(9.551)
3. CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	592	
Empréstimos	592 -	
4. REDUÇÃO (AUMENTO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.197)	1.254
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	1.262	8
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	65	1.262

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de Reais)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Ferrovia Tereza Cristina S.A. (FTC), foi constituida em dezembro de 1996, tendo como atividade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de cargas, em conformidade com o Contrato de Concessão, firmado com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, em 28 de janeiro de 1997 e de Arrendamento, com a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), de acordo com o Edital nº PND/A-07/96/RFFSA, decorrente do Programa Nacional de Desestatização (PND) conforme Decreto nº 473 de 10 de março de 1992 que incluiu a RFFSA no referido Programa.

Todos os bens vinculados ao Contrato de Arrendamento, como locomotivas, vagões, via permanente e instalações da malha Tereza Cristina da unidade de Tubarão/SC, estão sob a administração da FTC.

Os Contratos de Concessão da malha ferroviária e de Arrendamento dos bens da RFFSA foram firmados em 28 de janeiro de 1997, pelo prazo de 30 anos.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2013.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs), em conjunto com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Transportes Terrestre (ANTT), e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº. 6.404/76) incluindo os disposítivos aplicáveis, pela Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº. 11.941, de 27 de maio de 2009. Esses têm como principal objetivo adequar a legislação societária brasileira visando o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil, com as constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "Internacional Accouting Standard Board – IASB".

A preparação de Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Concessionária no processo de aplicação das políticas contábeis da Concessionária.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Contábeis, estão divulgadas em nota.

b) Classificação de Itens Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos, com contas vencendo ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificadas como itens circulantes e contas com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificadas como itens não circulantes.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, o dinheiro em caixa, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor.

d) Ativos Financeiros

Os investimentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, lançado em conta de resultado.

e) Contas a Receber de Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços de transportes ferroviários de cargas.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor faturado. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoque obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo é avaliado pelo método da média ponderada móvel.

g) Imposto de renda e contribuição social correntes

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos são reconhecidos na demonstração de resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas até a data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável da margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

h) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência do exercício para apropriação de receitas, custos e as despesas correspondentes.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou quando eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas.

j) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição, atualizado conforme disposições legais ou contratuais.

k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O Resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional.

1) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis às aquisições dos itens.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam beneficios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, liquidas" na Demonstração do Resultado.

m) Passivo Circulante e Não Circulante

O passivo circulante e não circulante estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro rata dias incorridos.

n) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os

resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em periodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contâbeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras, são os passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto com o departamento juridico da empresa.

o) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança

p) Capital Social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais, todas sem valor nominal.

4 - ADOÇÃO DA LEI Nº 11.638/2007

A Companhia vem observando as alterações promovidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, portanto as informações relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, são apresentadas de acordo com a legislação e normas vigentes.

Foram analisadas as contas em conformidade com a Lei nº 11.638/2007 e a Lei nº 11.941/2009 e não constou nenhuma alteração relevante, que tivesse efeitos no resultado e no patrimônio líquido da Companhia.

5 - INVESTIMENTOS

O investimento na controlada Transferro Operadora Multimodal S.A., está representado da seguinte forma:

	31.dez.2012	31.dez.2011
Capital Social	16.647	16.647
Patrimônio Liquido	15.170	16.167
Ações Possuidas	1.664.699	1,664,699
Percentual de Participação	99,99%	99,99%
Mutações do Investimento		
Valor no início do exercício	16.167	17.894
Equivalência Patrimonial	(997)	(1.727)
Valor no fim do exercício	15.170	16.167

6 - IMOBILIZADO

O imobilizado está representado pelas seguintes contas, em data de 31.dez.2012

M

	Custo	Depreciação Amortização Acumulada	Valor Líquido	% Taxa de Amortização Depreciação
Terrenos	.59	+1	59	-
Equipamentos de sinalização	492	244	248	10%
Apar, e equip, de telecomunicações	517	482	35	10%
Equipamentos, máquinas e ferramentas	1.907	1.461	446	10% c 20%
Veiculos	124	124		20%
Móveis e Utensílios	270	162	108	10%
Equipamentos eletrônicos de dados	628	567	61	20%
Sistemas aplicativos e software	1.304	661	643	20%
Sistema de gestão corporativa	149	149		20%
Outros imobilizados	388	134	254	4% e 10%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	33.862	20.195	13.667	10%
Imobilizações em andamento	1.098	-	1.098	
Total	40.798	24.179	16.619	

7 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A empresa possui processos de natureza trabalhista e cível, para os quais foram constituídas provisões nos montantes de R\$ 692 mil e R\$ 65 mil respectivamente, perfazendo um total de R\$ 757 mil, considerados suficientes para fazer face à possibilidade de perdas, de acordo com estimativa de seus advogados.

8 - PARCELAMENTOS FISCAIS

Em novembro de 2009, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos da Secretaria da Receita Federal instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, referente aos débitos decorrente do processo administrativo nº 18471-001.294/2005-29, com efeitos no cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O débito esta sendo atualizado mensalmente pela taxa SEUC e esses encargos estão sendo lançados em conta de resultado. O montante do debito esta sendo reconhecido na conta de parcelamento de tributos federais tanto no Passivo Circulante vencíveis até o próximo exercício, quanto no Passivo Não Circulante vencíveis em exercícios subsequentes.

O referido débito atualizado até 31.dez.2012 esta demonstrado na planilha abaixo.

Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total
1.719	18.685	20.404

9 - OPERAÇÕES COM DEBÊNTURES

9.1 - Debêntures emitidas

Conforme Assembléia Geral Extraordinária de 28 de fevereiro de 1998, foram emitidas 1.100.000 debêntures privadas simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal de R\$ 100,00 cada, com vencimento final em 28 de fevereiro de 2018, sendo o período de rendimentos coincidente com o vencimento final. A primeira série, correspondente a 300.000 debêntures, são remuneradas pela variação acumulada da taxa

da ANBID, juros 12% ao ano e prêmio de 8,5% ao ano. A segunda série, correspondente a 800.000 debêntures, são remuneradas através da participação no lucro líquido da emissora.

Através do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures, em Duas Séries, da Companhia", firmado em 15 de outubro de 2008, foi aumentado o número de debêntures da 2ª serie dessa mesma emissão, passando de 200.000 para 800.000.

Através do "Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures, em Duas Séries, da Companhia", firmado em 30 de dezembro de 2008, foi modificado e limitado a remuneração total das debêntures, prevista na Parte II da Escritura da Primeira Emissão de Debêntures, que corresponde a variação acumulada da taxa ANBID, juros de 12% ao ano e prêmio de 8,5% ao ano, para a Taxa Máxima de Remuneração de 6,5% ao ano.

Conforme "segundo aditamento ao contrato particular de opções recíprocas de compra e de venda de debêntures" firmado com os debenturistas em 02 de janeiro de 2012, ficou pactuado que as debêntures da primeira série fossem remuneradas nas seguintes condições: se a Taxa ANBID for igual ou superior a 6,5% ao ano, será aplicada a Taxa Máxima de Remuneração de 6,5% ao ano, prevista na Escritura de Debêntures. Caso, todavia a taxa ANBID anual seja inferior a 6,5% ao ano, aplicar-se-á a taxa ANBID.

Todas as debêntures dessa emissão não gozam de garantia, subordinando-se aos credores quirografários, preferindo apenas aos acionistas no ativo remanescente, se houver, em caso de liquidação da emissora, na forma prevista no art. 58, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/1976.

Estão no mercado 35.003 debêntures da 1" série dessa emissão, no valor de R\$ 89.773 mil, atualizado até 31.dez.2012, registradas contabilmente no Passivo Não Circulante.

9.2 - Debêntures adquiridas

A empresa adquiriu 981.868 debêntures de empresa privada, no valor de R\$ 98.186 mil, tendo como forma de remuneração a participação no lucro liquido da emissora; todas estas debêntures são venciveis a longo prazo e serão mantidas até o vencimento, registradas no Ativo Não Circulante.

10 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são apresentados a seguir.

Classificação	Não circulante	2012	2011
Mantidos até o vencimento	Debêntures – ativas	98.186	88.588
Passivos financeiros	Debentures - passivas	89.773	84.294

Os instrumentos financeiros acima são decorrentes das debêntures adquiridas de empresas privadas qualificadas como "mantidos até o vencimento" e as debêntures de sua emissão e negociadas com empresas privadas qualificadas como "passivos financeiros", cujos valores contábeis aproximam-se dos correspondentes valores de realização.

10.1 - Risco de liquidez

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais.

11 - OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO E CONCESSÃO

Refere-se ao saldo relativo à obrigação para com arrendamento dos bens operacionais para a prestação de serviços de transporte ferroviário de cargas e a concessão da malha ferroviária, conforme estabelecido nos contratos de arrendamento firmado com a Rede Ferroviária Federal S.A. e de concessão firmado com a União, já mencionados na NOTA 1.

A empresa adota como prática reconhecer seus compromissos relacionados aos contratos de Concessão e Arrendamento de forma linear mensalmente.

Os valores pagos antecipadamente no início da Concessão e do Arrendamento foram ativados e também são alocados ao resultado linearmente pelo prazo dos contratos.

12 - CAPITAL SOCIAL

O capital social está representado por 3.394.234 ações, sem valores nominais, divididas em 1.697.117 ações ordinárias e 1.697.117 ações preferenciais.

O capital social está inteiramente subscrito e integralizado e pertencem a pessoas jurídicas e fisicas, domiciliadas no País.

Aos acionistas são garantidos dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício, nos termos da Lei nº 6.404/1976 e suas alterações.

13 - RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE BENS EM EMPRESA CONTROLADA

Desde 2002 a controlada Transferro Operadora Multimodal S.A. vem adotando a política de reavaliação parcial dos bens do ativo imobilizado, representados por locomotivas e vagões. A última reavaliação ocorreu no exercício de 2007.

O reflexo total da reavaliação está registrado em conta específica do Patrimônio Líquido da Companhia no valor líquido de R\$ 741 mil a ser realizado em exercícios subseqüentes. A realização dessa reserva se efetiva pelas depreciações, vendas ou baixas dos bens, levando a parcela para a conta do Resultado Acumulado.

A Lei nº 11.638/2007 eliminou a possibilidade de reavaliação de bens. Assim, os saldos existentes nas reservas de reavaliação constituídas antes da vigência dessa Lei, inclusive as reavaliações reflexas de controladas e coligadas, devem:

- a) ser mantidos até sua efetiva realização; ou
- ser estornados até o término do exercício social de 2008

Foi decidido, manter os saldos existentes nas reservas de reavaliação de bens, até sua efetiva realização.

14 - CONTRATO DE CONCESSÃO E ARRENDAMENTO

Conforme descrito na NOTA 1, a FTC firmou contrato com a Rede Ferroviária Federal S.A em decorrência da privatização das linhas férreas brasileiras. Este contrato foi assinado em novembro de 1996, sendo que as operações iniciaram em fevereiro de 1997. O prazo total da concessão e do arrendamento é de 30 anos, sendo estabelecido o seu fim em dezembro de 2.026.

Embora a Companhia atue sob regime de concessão, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

O prazo de carência foi de 24 meses a partir do seu inicio, sendo o pagamento da concessão e do arrendamento compostos de 112 parcelas trimestrais, atualizadas pelo IGP-DI.

A empresa possui provisionadas as parcelas da concessão e do arrendamento, correspondentes ao período de uso da concessão. De acordo com a forma de pagamento estabelecida, estas contraprestações foram classificadas no Passivo Circulante (vencíveis até 31 de dezembro de 2013) e Passivo Não Circulante (vencíveis após 31 de dezembro de 2013).

O valor correspondente à primeira parcela paga no ato para aquisição do direito de concessão e do arrendamento está contabilizado em "Despesas Antecipadas" e está sendo amortizada de acordo com o prazo da concessão e do arrendamento.

Bens objeto da concessão e arrendamento:

- a) Máquinas e equipamentos para manutenção de locomotivas, vagões e Via Permanente;
- b) Infra-estrutura e superestrutura da Via Permanente;
- c) Locomotivas, Vagões e Veículos rodoviários e ferroviários;
- d) Prédios, Instalações e Terrenos.

Prazo da concessão e arrendamento: 30 anos.

Compromissos fixos de pagamento: 112 parcelas trimestrais no valor de R\$ 600 mil sendo atualizado anualmente pelo IGP-DI (FGV) acumulado desde o inicio da concessão e do arrendamento.

Montante residual da concessão e arrendamento:

Valor atualizado pelo IGP-Dl até 31.dez.2012,	R\$ 130.544 mil
Valor a pagar pelos 14 anos restantes do contrato.	R\$ 130.544 mil
Montante pago durante o exercicio de 2012:	R\$ 8.529 mil

A periodicidade de pagamento das parcelas é trimestral.

15 - CONTRATOS DE ALUGUEL DE LOCOMOTIVAS E VAGÕES

A Companhia, havia locado equipamentos ferroviários à Ferrovia Paraná S.A. - Ferropar.

Com a decretação da falência da Ferropar em 14.12.2006 (Autos nº 631/2005 – 3º Vara Civel de Cascavel – PR), e, com a justificativa da continuidade da prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas na Malha Guarapuava – Cascavel, o Governo do Estado do Paraná determinou através do Decreto nº 10/2007 e seguintes, em favor da Estrada de Ferro Paraná Oeste – Ferroeste, Sociedade de Economia Mista do Estado do Paraná, a requisição de todos os bens.

Esta requisição está "sub judice" nos autos do processo nº 2007.70.00.004154-0, em trâmite na 4º Vara Federal de Curitiba, em que a Companhia postula a devolução dos bens, o pagamento pelo uso de acordo com o mercado e indenização pelos danos causados pela falta de manutenção dos referidos bens pela Ferroeste.

16 - SEGUROS

ATIVOS	Valor segurado em 2012
Responsabilidade Civil	500
Automôveis	159
Total	659

A cobertura de seguros é considerada suficiente pela Administração, para cobrir eventual sinistro.

This document was created with Win2PDF available at http://www.win2pdf.com. The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only. This page will not be added after purchasing Win2PDF.



FERROVIA TEREZA CRISTINA S/A. Rio de Janeiro - RJ

Ref. Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial e Notas Explicativas referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Criciúma/SC.



FERROVIA TEREZA CRISTINA S/A. Rio de Janeiro - RJ

Ref. Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial e Notas Explicativas referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Criciúma/SC.

OMV - AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC/SC - N. 3.628 / CVM AD №. 10.028/08



3

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1º., representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.**, em 31 de dezembro de 201, o desempenho de suas operações, as mutações do patrimônio social e seus fluxos de caixa, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Criciúma/SC, 08 de março de 2013.

MARCOS DANILO VIANA

Contador - CRC/RS Nº. 030.003/0-2 T/SC S/R.I

CFF: 123.871.000-00

OMV AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC/SC №. 3.628-S/RJ - AD. №. 10.028/08

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM

ATIVO (Em milhares de reais)

	31.DEZ.2012	31.DEZ.2011
CIRCULANTE	9.866	9.401
Caixa e Equivalentes de Caixa	65	1.262
Clientes	5.118	3.657
Tributos a Recuperar	1.834	1,566
Adiantamentos	240	42
Estoques	984	1.139
Despesas do Exercício Seguinte	1.625	1,735
não circulante	131.847	123.734
Realizável a Longo Prazo	1.860	1.442
Créditos Judiciais	686	686
Depósitos Judiciais	1,101	683
Valores a Receber a Longo Prazo	73	73
Investimentos	113.368	104.766
Imobilizado	16.619	17.526
TOTAL DO ATIVO	141.713	133.135

gasy

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM

PASSIVO (Em milhares de reais)

	31.DEZ.2012	31.DEZ.2011
CIRCULANTE	19.179	16.122
Empréstimos	593	
Fornecedores	833	918
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.193	963
Credores por Cauções e Consignações	107	53
Impostos e Contribuições a Recolher	610	589
Provisão para Contingências	757	709
Parcelas do Arrendamento e Concessão	9.331	8.596
Parcelamento de Tributos Federais	1.720	1.614
Dividendos a Pagar	3.904	2.139
Outras Contas a Pagar	131	541
NÃO CIRCULANTE	108.744	103.925
Obrigações com Arrendamento e Concessão	236	485
Debentures	89.773	84,294
Parcelamento de Tributos Federais	18.685	19.096
Adiantamento de Clientes	50	50
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.790	13.088
Capital Social	3.750	3.750
Reserva de Reavaliação	741	2.221
Reserva Legal	750	468
Reserva Estatutária		6.649
Reserva de Lucro	8.549	-
TOTAL DO PASSIVO	141.713	133,135

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM (Em milhares de reais)

	31.DEZ.2012	31.DEZ.2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	46.346	43.697
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(1.752)	(1.629)
Impostos Incidentes	(1.752)	(1.629)
RECEITA LÍQUIDA	44.594	42.068
CUSTO DOS SERVIÇOS	(23.954)	(22.719)
LUCRO BRUTO	20.640	19.349
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(14.518)	(11.029)
Cespesas Administrativas e Gerais	(6.327)	(6.179)
Despesas Pinanceiras	(6.883)	(2.776)
Receitas Financeiras	23	44
Cutras Despesas Operacionais	(385)	(404)
Cutras Receitas Operacionais	51	13
Resultado da Equivalência Patrimonial	(997)	(1.727)
RESULTADO OPERACIONAL	6.122	8.320
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)		(112)
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL	6.122	8.208
PROVISÃO PARA IRPJ E CSL.	(1.516)	(1.440)
LUCRO DO EXERCÍCIO	4.506	6.768
For ação do Capital Social	1.36	1,99

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01 DE JANEIRO DE 2011 À 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais)

		Reserva de	400000		
	Capital	Reavaliação de Bens da	Reserva de	Resultados	
-	Social	Controlada	Lucros	Acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2011	3.750	4.460	249	o	8.459
Realização da Reserva de Reavaliação	-	(2.239)	-	2.239	
Lucro do Exercício	2		-	6.768	6.768
Dividendo Proposta	-		-	(2.139)	(2,139)
Reserva Legal	-		451	(451)	14
Reserva Estatutária		1.0	6.417	(6.417)	Ő£
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	3.750	2.221	7.117	0	13.088
Realização da Reserva de Reavaliação		(1.480)		1.480	-
Lucro do Exercicio	2		-	4.606	4.605
Dividendo Proposto	-			(3.904)	(3.904)
Reserva Legal	-		282	(282)	-
Reserva de Lucro	+	-	1.900	1.900)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	3.750	741	9.299	0	13.790

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ENCERRADO EM (Em milhares de reais)

31.DEZ.2012 31.DEZ.2011

1. CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	10.919	13.926
Lucro Ajustado	15.983	14.731
Lucro Liquido do Exercício	4.606	6.768
Depreciação e Amortização	3.386	3.205
Equivalência Patrimonial	997	1.727
Provisão para Contingências	48	169
Amortização das Parcelas de Arrendamento e Concessão	107	107
Atualização de Titulos e Valores Mobiliários	5.479	8
Atualização de Parcelamentos Fiscais	1.360	2747
Variações nos ativos e passivos	(5.064)	(805)
Contas a Receber	(1.461)	61
Estoques	49	66
Tributos a Recuperar	(268)	(224)
Adiantamentos	(198)	49
Depósitos Judiciais	(418)	(18)
Fornecedores	(85)	77
Obrigações Sociais e Trabalhistas	230	(63)
Arrendamento e Concessão a Pagar	486	172
Valores Caucionados	-	131
Dividendos Pagos	(2.139)	(102)
Amortização de Parcelamentos	(305)	(912)
Outros Contas	(955)	(42)
2. CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(12.708)	(12.672)
Aquisições de Bens do Imobilizado	(3.132)	(3.121)
Baixa de Ativos Imobilizado	23	-
Aquisições de Títulos e Valores Mobiliários	(9.599)	(9.551)
3. CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	592	
Empréstimos	592 -	
4. REDUÇÃO (AUMENTO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.197)	1.254
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	1.262	8
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	65	1.262



NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de Reais)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Ferrovia Tereza Cristina S.A. (FTC), foi constituída em dezembro de 1996, tendo como atividade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de cargas, em conformidade com o Contrato de Concessão, firmado com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, em 28 de janeiro de 1997 e de Arrendamento, com a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), de acordo com o Edital nº PND/A-07/96/RFFSA, decorrente do Programa Nacional de Desestatização (PND) conforme Decreto nº 473 de 10 de março de 1992 que incluiu a RFFSA no referido Programa.

Todos os bens vinculados ac Contrato de Arrendamento, como locomotivas, vagões, via permanente e instalações da malha Tereza Cristina da unidade de Tubarão/SC, estão sob a administração da FTC.

Os Contratos de Concessão da malha ferroviária e de Arrendamento dos bens da RFFSA foram firmados em 28 de janeiro de 1997, pelo prazo de 30 anos.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2013.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs), em conjunto com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Transportes Terrestre (ANTT), e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº. 6.404/76) incluindo os dispositivos aplicáveis, pela Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº. 11.941, de 27 de maio de 2009. Esses têm como principal objetivo adequar a legislação societária brasileira visando o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil, com as constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "Internacional Accouting Standard Board – IASB".

A preparação de Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Concessionaria no processo de aplicação das políticas contábeis da Concessionária.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Contábeis, estão divulgadas em nota.

b) Classificação de Itens Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos, com contas vencendo ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificadas como itens circulantes e contas com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificadas como itens não circulantes.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, o dinheire em caixa, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor.

d) Ativos Financeiros

Os investimentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, lançado em conta de resultado.

e) Contas a Receber de Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços de transportes ferroviários de cargas.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor faturado. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas são classificadas no ativo circulante. Caso contrério, serão apresentadas no ativo não circulante.

f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoque obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo é avaliado pelo método da média ponderada móvel.

g) Imposto de renda e contribuição social correntes

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos são reconhecidos na demonstração de resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas até a data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável da margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

h) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência do exercício para apropriação de receitas, custos e as despesas correspondentes.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou quando eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas.

j) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição, atualizado conforme disposições legais ou contratuais.

k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O Resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional.

l) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis às aquisições dos itens.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam beneficios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercicio, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, liquidas" na Demonstração do Resultado.

m) Passivo Circulante e Não Circulante

O passivo circulante e não circulante estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro rata dias incorridos.

n) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras, são os passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto com o departamento jurídico da empresa.

o) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança

p) Capital Social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais, todas sem valor nominal.

4 - ADOÇÃO DA LEI Nº 11.638/2007

A Companhia vem observando as alterações promovidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, portanto as informações relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, são apresentadas de acordo com a legislação e normas vigentes.

Foram analisadas as contas em conformidade com a Lei nº 11.638/2007 e a Lei nº 11.941/2009 e não constou nenhuma alteração relevante, que tivesse efeitos no resultado e no patrimônio líquido da Companhia.

5 - INVESTIMENTOS

O investimento na controlada Transferro Operadora Multimodal S.A., está representado da seguinte forma:

	31.dez.2012	31.dez.2011
Capital Social	16.647	16.647
Patrimônio Liquido	15.170	16.167
Ações Possuidas	1 564 699	1 664.699
Percentual de Participação	99,99%	99,99%
Mutações do Investimento		
Valor no início do exercício	16.167	17.894
Equivalência Patrimonial	(997)	(1.727)
Valor no fim do exercício	15.170	16.167

6 - IMOBILIZADO

O imobilizado está representado pelas seguintes contas, em data de 31.dez.2012

MAN

	Custo	Depreciação Amortização Acumulada	Valor Líquido	% Taxa de Amortização Depreciação
Terrenos	.59	-	59	- 4
Equipamentos de sinalização	492	244	248	10%
Apar, e equip, de telecomunicações	517	482	35	10%
Equipamentos, máquinas e ferramentas	1.907	1.461	446	10% c 20%
Veiculos	124	124	-	20%
Móveis e Utensilios	270	162	108	10%
Equipamentos eletrônicos de dados	628	567	61	20%
Sistemas aplicativos e software	1.304	661	643	20%
Sistema de gestão corporativa	149	149		20%
Outros imobilizados	388	134	254	4% e 10%
Benfeitorias em propriedace de terceiros	33.862	20.195	13.667	10%
Imobilizações em andamento	1.098	-	1.098	
Total	40.798	24.179	16.619	

7 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A empresa possui processos de natureza trabalhista e civel, para os quais foram constituídas provisões nos montantes de R\$ 692 mil e R\$ 65 mil respectivamente, perfazendo um total de R\$ 757 mil, considerados suficientes para fazer face à possibilidade de perdas, de acordo com estimativa de seus advogados.

8 - PARCELAMENTOS FISCAIS

Em novembro de 2009, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos da Secretaria da Receita Federal instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, referente aos débitos decorrente do processo administrativo nº 18471-001.294/2005-29, com efeitos no cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Liquido.

O débito esta sendo atualizado mensalmente pela taxa SELIC e esses encargos estão sendo lançados em conta de resultado. O montante do debito esta sendo reconhecido na conta de parcelamento de tributos federais tanto no Passivo Circulante vencíveis até o próximo exercício, quanto no Passivo Não Circulante vencíveis em exercícios subsequentes.

O referido débito atualizado até 31.dez.2012 esta demonstrado na planilha abaixo.

Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total
1.719	18.685	20.404

9 - OPERAÇÕES COM DEBÊNTURES

9.1 - Debêntures emitidas

Conforme Assembléia Geral Extraordinária de 28 de fevereiro de 1998, foram emitidas 1.100.000 debêntures privadas simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal de RS 100,00 cada, com vencimento final em 28 de fevereiro de 2018, sendo o período de rendimentos coincidente com o vencimento final. A primeira série, correspondente a 300.000 debêntures, são remuneradas pela variação acumulada da taxa

gost

da ANBID, juros 12% ao ano e prêmio de 8,5% ao ano. A segunda série, correspondente a 800.000 debêntures, são remuneradas através da participação no lucro líquido da emissora.

Através do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures, em Duas Séries, da Companhia", firmado em 15 de outubro de 2008, foi aumentado o número de debêntures da 2ª serie dessa mesma emissão, passando de 200.000 para 800.000.

Através do "Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures, em Duas Séries, da Companhia", firmado em 30 de dezembro de 2008, foi modificado e limitado a remuneração total das debêntures, prevista na Parte II da Escritura da Primeira Emissão de Debêntures, que corresponde a variação acumulada da taxa ANBID, juros de 12% ao ano e prêmio de 8,5% ao ano, para a Taxa Máxima de Remuneração de 6,5% ao ano.

Conforme "segundo aditamento ao contrato particular de opções recíprocas de compra e de venda de debêntures" firmado com os debenturistas em 62 de janeiro de 2012, ficou pactuado que as debêntures da primeira série fossem remuneradas nas seguintes condições: se a Taxa ANBID for igual ou superior a 6,5% ao ano, será aplicada a Taxa Máxima de Remuneração de 6,5% ao ano, prevista na Escritura de Debêntures. Caso, todavia a taxa ANBID anual seja inferior a 6,5% ao ano, aplicar-se-á a taxa ANBID.

Todas as debêntures dessa emissão não gozam de garantia, subordinando-se aos credores quirografários, preferindo apenas aos acionistas no ativo remanescente, se houver, em caso de liquidação da emissora, na forma prevista no art. 58, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/1976.

Estão no mercado 35.003 debêntures da 1º série dessa emissão, no valor de R\$ 89.773 mil, atualizado até 31.dez.2012, registradas contabilmente no Passivo Não Circulante.

9.2 - Debêntures adquiridas

A empresa adquiriu 981.868 debêntures de empresa privada, no valor de R\$ 98.186 mil, tendo como forma de remuneração a participação no lucro líquido da emissora; todas estas debêntures são venciveis a longo prazo e serão mantidas até o vencimento, registradas no Ativo Não Circulante.

10 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são apresentados a seguir.

Classificação	Não circulante	2012	2011
Mantidos até o vencimento	Debêntures – ativas	98.186	88.588
Passivos financeiros	Debēntures - passivas	89.773	84.294

Os instrumentos financeiros acima são decorrentes das debêntures adquiridas de empresas privadas qualificadas como "mantidos até o vencimento" e as debêntures de sua emissão e negociadas com empresas privadas qualificadas como "passivos financeiros", cujos valores contábeis aproximam-se dos correspondentes valores de realização.

10.1 - Risco de liquidez

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais.

11 - OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO E CONCESSÃO

Refere-se ao salco relativo à obrigação para com arrendamento dos bens operacionais para a prestação de serviços de transporte ferroviário de cargas e a concessão da malha ferroviária, conforme estabelecido nos contratos de arrendamento firmado com a Rede Ferroviária Federal S.A. e de concessão firmado com a União, já mencionados na NOTA 1.

A empresa adota como prática reconhecer seus compromissos relacionados aos contratos de Concessão e Arrendamento de forma linear mensalmente.

Os valores pagos antecipadamente no início da Concessão e do Arrendamento foram ativados e também são alocados ao resultado linearmente pelo prazo dos contratos.

12 - CAPITAL SOCIAL

O capital social está representado por 3.394.234 ações, sem valores nominais, divididas em 1.697.117 ações ordinárias e 1.697.117 ações preferenciais.

O capital social está inteiramente subscrito e integralizado e pertencem a pessoas jurídicas e fisicas, domiciliadas no País.

Aos acionistas são garantidos dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício, nos termos da Lei nº 6.404/1976 e suas alterações.

13 - RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE BENS EM EMPRESA CONTROLADA

Desde 2002 a controlada Transferro Operadora Multimodal S.A. vem adotando a política de reavaliação parcial dos bens do ativo imobilizado, representados por locomotivas e vagões. A última reavaliação ocorreu no exercício de 2007.

O reflexo total da reavaliação está registrado em conta especifica do Patrimônio Líquido da Companhia no valor liquido de R\$ 741 mil a ser realizado em exercícios subseqüentes. A realização dessa reserva se efetiva pelas depreciações, vendas ou baixas dos bens, levando a parcela para a conta do Resultado Acumulado.

A Lei nº 11.638/2007 eliminou a possibilidade de reavaliação de bens. Assim, os saldos existentes nas reservas de reavaliação constituídas antes da vigência dessa Lei, inclusive as reavaliações reflexas de controladas e coligadas, devem

- ser mantidos ate sua efetiva realização; ou
- ser estornados até o término do exercício social de 2008

Poi decidido, manter os saldos existentes nas reservas de reavaliação de bens, até sua efetiva realização.

14 - CONTRATO DE CONCESSÃO E ARRENDAMENTO

Conforme descrito na NOTA 1, a FTC firmou contrato com a Rede Ferroviária Federal S.A em decorrência da privatização das linhas férreas brasileiras. Este contrato foi assinado em novembro de 1996, sendo que as operações iniciaram em fevereiro de 1997. O prazo total da concessão e do arrendamento é de 30 anos, sendo estabelecido o scu fim em dezembro de 2.026.

Embora a Companhia atue sob regime de concessão, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

O prazo de carência foi de 24 meses a partir do seu início, sendo o pagamento da concessão e do arrendamento compostos de 112 parcelas trimestrais, atualizadas pelo IGP-DI.

A empresa possui provisionadas as parcelas da concessão e do arrendamento, correspondentes ao periodo de uso da concessão. De acordo com a forma de pagamento estabelecida, estas contraprestações foram classificadas no Passivo Circulante (vencíveis até 31 de dezembro de 2013) e Passivo Não Circulante (vencíveis após 31 de dezembro de 2013).

O valor correspondente à primeira parcela paga no ato para aquisição do direito de concessão e do arrendamento está contabilizado em "Despesas Antecipadas" e está sendo amortizada de acordo com o prazo da concessão e do arrendamento.

Bens objeto da concessão e arrendamento:

- a) Máquinas e equipamentos para manutenção de locomotivas, vagões e Via Permanente;
- b) Infra-estrutura e superestrutura da Via Permanente;
- c) Locomotivas, Vagões e Veículos rodoviários e ferroviários;
- d) Prédics, Instalações e Terrenos.

Prazo da concessão e arrendamento: 30 anos.

Compromissos fixos de pagamento: 112 parcelas trimestrais no valor de R\$ 600 mil sendo atualizado anualmente pelo IGP-DI (FGV) acumulado desde o inicio da concessão e do arrendamento.

Montante residual da concessão e arrendamento:

Valor atualizado pelo IGP-DI até 31.dez.2012,	R\$ 130.544 mil
Valor a pagar pelos 14 anos restantes de contrato.	R\$ 130.544 mil
Montante pago durante o exercício de 2012:	R\$ 8.529 mil

A periodicidade de pagamento das parcelas é trimestral.

15 - CONTRATOS DE ALUGUEL DE LOCOMOTIVAS E VAGÕES

A Companhia, havia locado equipamentos ferroviários à Ferrovia Paraná S.A. - Ferropar.

Com a decretação da falência da Ferropar em 14.12.2006 (Autos nº 631/2005 – 3ª Vara Civel de Cascavel – PR), e, com a justificativa da continuidade da prestação do serviço público de transporte ferroviario de cargas na Malha Guarapuava – Cascavel, o Governo do Estado do Paraná determinou através do Decreto nº 10/2007 e seguintes, em favor da Estrada de Ferro Paraná Oeste – Ferroeste, Sociedade de Economia Mista do Estado do Paraná, a requisição de todos os bens.

Esta requisição está "sub judice" nos autos do processo nº 2007.70.00.004154-0, em trâmite na 4ª Vara Federal de Curitiba, em que a Companhia postula a devolução dos bens, o pagamento pelo uso de acordo com o mercado e indenização pelos canos causados pela falta de manutenção dos referidos bens pela Ferroeste.

16 - SEGUROS

ATIVOS	Valor segurado em 2012
Responsabilidade Civil	500
Automoveis	159
Total	659

A cobertura de seguros é considerada suficiente pela Administração, para cobrir eventual sinistro.

This document was created with Win2PDF available at http://www.win2pdf.com. The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only. This page will not be added after purchasing Win2PDF.